

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

11 a 14
de JAN
2019



CLIP PING TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

PREMIAÇÃO

O Tribunal de Justiça foi escolhido pelo CNJ como um dos vencedores da 9ª edição do prêmio "Conciliar é Legal", na categoria "Instrutores de Mediação e Conciliação". As servidoras Jussiara de Souza, Lavinia Andrade e Paula Cavalcanti apresentaram o projeto "Técnica de Acolhimento", que ficou em 1º lugar na categoria.



LEONEL XIMENES

LXIMENES@REDEGAZETA.COM.BR | TEL.: 3321-8521

Respeito é bom!

Um dos novos livros que chegaram à

biblioteca do Tribunal de Justiça é “Crimes Contra a Dignidade Sexual”, de Guilherme de Souza Nucci. Nada mais oportuno e atual.

SEM REMUNERAÇÃO

O ex-governador Paulo Hartung foi nomeado conselheiro do CNJ pelo presidente do conselho, ministro Dias Toffoli. A função não é remunerada e Hartung vai receber só passagens aéreas e diárias necessárias.

Paulo Hartung é nomeado para conselho consultivo do CNJ

O Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ministro Dias Toffoli nomeou, ontem, o ex-governador Paulo Hartung integrante do conselho consultivo do CNJ.

O conselho tem objetivo de reunir representantes da sociedade para auxiliar o CNJ no aperfeiçoamento da Justiça e elaboração de políticas judiciárias. O mandato é de dois anos com uma recondução. Eles não têm direito a remuneração, mas recebem diárias e passagens aéreas necessárias ao desempenho das atividades.



THIAGO COUTINHO - 10/12/2018

HARTUNG: mandato de 2 anos no conselho do CNJ

NOMEADO POR TOFFOLI**Hartung em conselho do CNJ**

BRASÍLIA

o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Dias Toffoli nomeou o economista e ex-governador do Estado, Paulo Hartung (sem partido), integrante do conselho consultivo do CNJ. A nomeação foi assinada ontem.

Além de Paulo Hartung, também foram nomeados

o ex-ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, e André Tavares. O conselho consultivo foi criado em 2009, por meio da Lei 11.364, de 2006, e tem o objetivo de reunir representantes da sociedade para auxiliar o CNJ em pesquisas para o aperfeiçoamento da Justiça e a elaboração de políticas judiciárias.



DURÃO ao ser preso: defesa do parlamentar nega haver convivência familiar do seu cliente com parentes da vítima

ACUSAÇÃO DE ESTUPRO

Durão deu R\$ 500 para festa, diz adolescente

Aniversário de 15 anos de garota que teria sido estuprada por deputado recebeu ajuda dele para pagar DJ, afirma menor em depoimento

Tiago Alencar

A adolescente de 17 anos que teria sido estuprada pelo deputado estadual Luiz Durão (PDT), em um motel na Serra, no último dia 4, teria recebido uma ajuda de custo de R\$ 500 do parlamentar, que era amigo da família, para pagar ao DJ de sua festa de aniversário de 15 anos.

A informação foi dada pela própria adolescente, durante seu depoimento à polícia, quando ques-

tionada se o deputado a apresentava com frequência, já que ela afirmou que Durão mantinha relação estreita com sua família.

E foi esse contato mais próximo com a família da adolescente que o Ministério Público Estadual (MP-ES) considerou como principal agravante para oficializar denúncia contra Durão.

“Além do estupro, o acusado possuía relação de convivência ‘no âmbito da família’ da vítima, nos termos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), tornando a conduta mais grave”, diz trecho da denúncia.

No seu relato à polícia, a adolescente disse que Durão frequentaria sua casa constantemente. Além disso, ela também contou que o deputado teria acompanhado todo o seu crescimento.

Quando perguntada pela polícia qual seria a reação de sua família,

caso mantivesse uma relação amorosa com o deputado, a adolescente pontua que a atitude não seria bem vista.

“Nunca pensei nessa hipótese, mas, por ele ter me visto crescer, isso causaria estranheza na minha família”, disse, em depoimento.

O deputado mantém escritório em Linhares, cidade de onde a adolescente saiu de carona até Vitória com ele no dia do suposto crime. Ele iria empregar a garota no escritório, a pedido da mãe dela, que também pediu a carona para filha.

Na tarde de ontem, a defesa do deputado destacou que ele jamais manteve relação de convivência familiar com a adolescente, e que o contato se dava pelo fato de a mãe da garota trabalhar para Durão.

“Não havia convivência em que eles coabitassem o mesmo espaço como família”, destacou.

Menor relatou outra suposta investida do deputado

“Antes, uma única vez, ele tinha apertado minha coxa num evento. Mas não foi como ele fez hoje (no último dia 4), com malícia”.

Foi assim que a adolescente que teria sido estuprada pelo deputado estadual Luiz Durão (PDT), preso no Quartel de Corpo de Bombeiros, em Vitória, contou sobre uma possível investida dele contra ela, antes de sofrer o abuso que ela denuncia ter passado em um motel na Serra, no último dia 4.

Ainda de acordo com a adolescente, com exceção do evento citado, o deputado, para o qual sua mãe trabalhou por anos, sempre a havia respeitado.

ENTENDA O CASO

Prisão foi feita em flagrante

Carona

> NO ÚLTIMO dia 4, uma adolescente, de 17 anos, alegou ter sido estuprada pelo deputado estadual Luiz Durão (PDT), em um motel da Serra, após ter pego uma carona com ele de Linhares a Vitória.

> UMA amiga da vítima chamou a polícia. Ela teria trocado mensagens com a vítima durante o trajeto, e ouvido que a amiga estaria sofrendo assédio. O parlamentar foi preso em flagrante, ainda no motel, quando saía do local com a menor.

Prisão

> DESDE SUA prisão, no último dia 4, Durão permanece em uma sala especial no Quartel do Corpo de Bombeiros, na Enseada do Suá, em Vitória.

Família

> TANTO o parlamentar quanto a adolescente confirmaram para a polícia a relação de amizade mantida entre suas famílias.

> NA ÚLTIMA SEXTA-FEIRA, o MP-ES denunciou Durão pelo crime de estupro.

BETO MORAIS - 07/01/2019



QUARTEL do Corpo de Bombeiros

| PRESO POR ESTUPRO |

Defesa de Durão critica denúncia do MPES: “Feita a toque de caixa”

Deputado estadual foi flagrado deixando um motel com uma adolescente de 17 anos

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vperreira@redgazeta.com.br

A defesa do deputado Luiz Durão (PDT), preso e acusado de estuprar uma jovem de 17 anos, afirmou que a denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) foi produzida a “toque de caixa”, ignorando a chance de o parlamentar se manifestar e de o inquérito incluir informações que os advogados dele consideram importantes.

O advogado Lucas Scaramussa, um dos que representam Durão, ainda não teve acesso à denúncia e, como o caso segue sob sigilo, não falou sobre detalhes do inquérito. Citou, porém, informações já publicadas pela imprensa sobre o depoimento da adolescente para rebater a acusação de estupro contra o deputado.

Na visão dele, as declarações da jovem, que foram tornadas públicas inclusive pelo Gazeta Online, revelam que o deputado não recorreu à violência ou à grave ameaça, atos que caracterizam o estupro, segundo o Código Penal.

“A PGJ simplesmente pe-



Luiz Durão após depoimento em delegacia sobre ida a motel com adolescente

gou o flagrante e denunciou, a toque de caixa. Não produziram provas, foi tudo muito corrido. Denunciaram só com a peça de informação do flagrante. No pedido de reconsideração, colocamos a informação de que o núcleo do estupro é violência ou grave ameaça. Não existe relato de violência ou grave ameaça”, afirmou.

O defensor jurídico do deputado também considera que a PGJ tenta “criar um novo núcleo de família” ao usar a Lei Maria da Penha para sustentar que a conduta do deputado foi ainda mais grave pelo fato de ele ter convivência “no âmbito

9 DIAS

É o tempo de prisão do deputado Luiz Durão, até hoje. Ele foi detido no dia 4 de janeiro e, na sexta, denunciado por estupro.

da família”. As informações preliminares sobre a denúncia foram divulgadas na noite de sexta-feira, uma semana após o fato.

Em seu artigo 5º, a Lei Maria da Penha configura como violência doméstica, entre outras coisas, ações que causem lesão ou sofrimento físico, sexual ou psicológico praticadas no âmbito da família ou da unidade doméstica.

E como âmbito familiar define “indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa”. E a lei define a unidade doméstica como “o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas”.

Lucas Scaramussa entende que a PGJ incluiu o agravante para convencer a Justiça de que teria ocorrido violência psicológica por parte

do deputado, o que a defesa nega que tenha ocorrido.

“Ele não era da família, não frequentava a casa sequer uma vez por mês. Ele tem nove mandatos e, por isso, tem convivência com as pessoas. Não faz nenhum sentido dizer que tem co-habitação da casa. O que sustenta a violência psicológica é a co-habitação. E não há co-habitação”, afirmou Scaramussa.

A defesa considera a prisão ilegal, por avaliar que o deputado está preso por decisão de um magistrado que entendeu não ser competente para decidir sobre o caso. “Todo mundo que sustenta a prisão dele não tem competência para decidir”, afirmou o advogado.

Ele também reclama que o período em que o inquérito deveria permanecer aberto foi reduzido, prejudicando a manifestação da defesa e apresentação de informações que considera importantes, como relatos de funcionários do motel e imagens do videomonitoramento.

“A nossas peças de informação terão que ser produzidas em uma audiência. Se dizem que o crime é hediondo, tem 30 dias para concluir. Chegou no MPES e acabou”, disse.

ENTENDA

► Quem é

Luiz Durão (PDT) é um tradicional político de Linhares. Já foi vice-prefeito, prefeito, deputado federal e deputado estadual. Sua vida pública começou ainda na década de 1960.

► O caso

Luiz Durão foi preso na sexta-feira (04), após ser flagrado saindo de um motel na Serra com uma adolescente de 17 anos. Por redes sociais, ela acionou familiares, que acionaram a polícia.

► Versão

Em depoimento na Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente, Durão afirma que entrou no motel após sentir um desconforto intestinal.

► Laudo

A jovem passou por exame de corpo de delito e um laudo pericial foi feito no motel. A conjunção carnal foi comprovada e a princípio é tratada como estupro.

► Justiça

No sábado passado, o desembargador Telêmaco Antunes de Abreu Filho converteu a prisão em flagrante para preventiva. Durão está preso e isolado no Quartel do Corpo de Bombeiros. Na última sexta, uma semana após a prisão, o deputado foi denunciado pela PGJ.

Assembleia se cala sobre deputado denunciado

▲ A Assembleia Legislativa informou ontem que ainda não havia sido formalmente comunicada sobre a denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral de Justiça contra o deputado estadual

Luiz Durão (PDT). A procuradora Especial da Mulher da Assembleia, deputada Janete de Sá (PMN), também evitou fazer comentários. “Não pretendo comentar. A Procuradoria da

Mulher não foi demandada”, disse. Provocada a comentar não como procuradora, mas como colega de plenário do deputado, Janete disse que é preciso aguardar. “Se comprova-

do, o deputado ou qualquer outra pessoa vai sofrer as penalidades da lei. Está em investigação e não posso tecer nenhum comentário, até para não incorrer em injustiça. Se por ventu-

ra se confirmar, ele tem o direito de se defender. Nenhum de nós está acima da lei”, pontuou. O corregedor da Casa, deputado Sandro Locutor (PROS), não atendeu às ligações.

Deputado denunciado por crime de estupro

De acordo com a denúncia do Ministério Público do Estado, o fato de Luiz Durão conviver com família da vítima é um agravante

Brunella França

Preso no último dia 4 após ser flagrado saindo de um motel com uma adolescente de 17 anos, o deputado estadual Luiz Durão (PDT) foi denunciado ontem pelo Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES), pelo crime de estupro.

De acordo com a denúncia da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), o caso tem um agravante: “O acusado possuía relação de convivência no âmbito da família da vítima, nos termos da Lei Maria da Penha, o que torna a conduta mais grave”, diz o texto do órgão ministerial.

Durão também é alvo de um pedido de pagamento de indenização por dano moral e material, fei-

to pelo MP. O fato será comunicado à Promotoria de Infância de Serra, tendo em vista o ingresso de uma menor em um motel, bem como à Promotoria de Justiça da Infância de Linhares para averiguar a situação da adolescente, segundo o preceito constitucional da proteção integral.

Também foi requerida a manutenção da prisão preventiva do acusado, nos termos em que foi decretada no último sábado, “para resguardo da ordem pública e garantia da instrução processual”.

A PGJ também solicitou envio da ação proposta ao primeiro grau, pois, uma vez concluída a investigação, não restou demonstrado que o delito foi praticado “em razão da função”, apesar de o deputado estar no exercício do mandato parlamentar.

O MP sustenta que a comunicação do flagrante deve ser preservada na jurisdição colegiada, a quem cabe aferir a presença ou não do elemento funcional. Por isso, sustenta a ratificação de todos os atos decisórios. O órgão ministerial informou ainda que não pode dar mais detalhes da denúncia devido ao segredo de Justiça sobre o caso.

DAYANA SOUZA - 04/01/2019



DURÃO: manutenção da prisão

A defesa se manifestou por meio de nota: “É uma denúncia que leva em consideração apenas uma versão dos fatos. O processo servirá como oportunidade para que tudo seja esclarecido. Luiz Durão tem uma vida pautada pela retidão e a verdade prevalecerá. A defesa segue confiante na Justiça!”

MPES denuncia Durão por estupro

“Convivência” com família da vítima foi apontada como agravante no caso

▶ **LETÍCIA GONÇALVES**
lgoncalves@redgazeta.com.br

O Ministério Público Estadual (MPES) denunciou, ontem, pelo crime de estupro, o deputado estadual Luiz Durão (PDT), preso em flagrante no último dia 4 ao sair de um motel com uma adolescente de 17 anos. A denúncia foi feita pela Procuradoria-Geral de Justiça e considera, ainda, um agravante. “Além do estupro, o acusado possuía relação de convivência ‘no âmbito da família’ da vítima, nos termos da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), tornando a conduta mais grave”, informou o MPES.

O Ministério Público pede, também, o pagamento de indenização por dano moral e material e ainda o envio do caso ao primeiro grau do Judiciário, além da manutenção da prisão preventiva.

“A PGJ também solicitou o envio da ação pro-



Luiz Durão foi preso acusado de estupro de uma adolescente de 17 anos

posta ao primeiro grau, porque, uma vez concluída a investigação, não restou demonstrado que o delito foi praticado ‘em razão da função’, apesar de o deputado estar no exercício do mandato parlamentar. Assim, a Procuradoria-Geral de Justiça sustenta que a comunicação do flagrante deve ser preservada na jurisdição colegiada, a quem cabe aferir a

presença ou não do elemento funcional. Por isso, a PGJ sustenta a ratificação de todos os atos decisórios”, informou o Ministério Público.

A reportagem apurou que a tendência é que o caso “desça” mesmo do TJES para uma Vara Criminal da Serra, devido ao entendimento restritivo quanto ao foro privilegiado. De qualquer forma, é o que

ocorreria em breve, pois a partir do mês que vem Durão não terá mais mandato. Ele não foi reeleito e não vai assumir como suplente porque o correligionário Marcelo Santos desistiu de comandar a Secretaria de Esportes.

DEFESA

A reportagem procurou a defesa do deputado, que manifestou-se por meio de

8 DIAS

É o período de tempo em que Luiz Durão está preso por estupro de uma garota de 17 anos.

nota: “É uma denúncia que leva em consideração apenas uma versão dos fatos. O processo servirá como oportunidade para que tudo seja esclarecido. Luiz Durão tem uma vida pautada pela retidão e a verdade prevalecerá. A defesa segue confiante na Justiça.”

O desembargador Ewerton Schwab Pinto Júnior, relator do caso no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), já havia mantido decisão anterior, do desembargador de plantão Telmaco Antunes de Abreu Filho, que converteu a prisão em flagrante em preventiva, e concedido vista ao Ministério Público.

Durão segue preso no Quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros, em Vitória.

Laudo revela sêmen em lençol usado

▶ O laudo de exames de perícia criminal da Polícia Civil detectou a presença de espermatozoides e da proteína PSA – substância produzida pela próstata – no lençol da cama do quarto do motel onde o deputado e a adolescente estiveram.

O material coletado vai ser confrontado com amostra de material genético disponibilizado pelo deputado ao laboratório da perícia da Polícia Civil. Durão saía de carro do motel, quando foi surpreendido por policiais. Peritos da Polícia Civil fizeram a coleta de objetos, no quarto para análise. No lençol eram visíveis duas manchas, que foram analisadas em laboratório. O laudo, obtido por A GAZETA, comprovou que as manchas continham espermatozoides e PSA. O caso está sob sigilo. (Glacieri Carretto)

FERNANDO MADEIRA - 04/01/2019

CASO DURÃO

Marcelo desiste de secretaria e pedetista fica sem mandato

Deputado prefere se manter na Assembleia, para não relacionar sua imagem e a do governo com parlamentar preso por estupro

Tiago Alencar

Cotado para assumir a Secretaria de Estado de Esportes (Sesport), selando um acordo entre o PDT e o governador Renato Casagrande (PSB), o deputado estadual reeleito Marcelo Santos (PDT) recuou do convite do governo.

Caso Marcelo confirmasse a ida para a Sesport, quem assumiria sua cadeira na Assembleia Legislativa seria o deputado Luiz Durão (PDT), preso desde o último dia 4, acusado de estuprar uma menor de 17 anos.

Segundo Marcelo, que além de conversar com a reportagem também enviou nota à imprensa, a decisão teve a ver com o mal estar causado pela situação de Durão.

“A conversa foi de quem entendeu o recado das ruas. Não faria sentido ter minha imagem relacionada a essa questão”, disse.

Marcelo destacou ainda que sua ida para a Sesport, permitindo que Durão ocupasse sua cadeira na Assembleia, atingiria a imagem do governo. “Ao assumir a pasta, estaria tirando o brilho de um governo que será exitoso”, declarou.

Já sobre a forma como o governo recebeu a sua negativa, Marcelo, que participou de um almoço com o governador, no Palácio Anchieta, em Vitória, afirmou que Casagrande entendeu sua posição.

O caso havia colocado o governo e o PDT em situação delicada, uma vez que a manutenção de Durão na Assembleia soaria como ajuda indireta de Casagrande. O socialista chegou a pedir bom



CASAGRANDE, ao receber comenda, das mãos de Marcelo: deputado disse que governador entendeu sua posição

senso ao partido. Nos bastidores, a informação é de que a desistência de Marcelo foi motivada por um ultimato dado pelo governo, que não queria ser fiador da manutenção de um deputado acusado de estupro.

Além de ficar sem mandato, a permanência de Marcelo na Casa deixa Durão sem foro privilegiado. Seu processo deverá ser julgado na 1ª instância da Justiça, nesse caso, no Fórum Criminal da Serra.

De acordo com o advogado criminalista Rivelino Amaral, os demais direitos serão mantidos. Durão, além de ter nível superior completo, é advogado e pode usufruir de prisão em cela especial. Ele está preso no Quartel do Corpo de Bombeiros. A defesa do deputado não retornou aos contatos.

ENTENDA O CASO

Acordo foi fechado ano passado

Convite

> O DEPUTADO Marcelo Santos (PDT) disse que sua ida para secretaria já estava fechada com o governador Renato Casagrande (PSB) desde o ano passado, momento em que teria ficado definida sua participação no primeiro escalão do governo.

Primeiro

> CASO fosse concretizada sua ida para a Secretaria de Estado de Esportes (Sesport), Marcelo Santos seria o primeiro parlamentar de Cariacica a chefiar uma secretaria de Estado. A informação é do próprio deputado.

Quase lá

> ESSA FOI a terceira vez que o deputado Marcelo Santos (PDT) chegou perto de comandar um cargo de expressão.

> O PARLAMENTAR, nas eleições municipais de 2016, ficou perto de assumir a prefeitura do município, sendo superado pelo atual prefeito Geraldo Luzia Júnior, o Juninho (PPS), na reta final. Ele também foi cotado para assumir a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas, deixada por José Antônio Pimentel, afastado pela Justiça. No entanto, o ex-deputado Rodrigo Coelho ficou com o cargo.

A NOTA DO DEPUTADO

“É mais adequado ficar no Legislativo”

“Diante dos fatos envolvendo o deputado Luiz Durão, e que acabaram tendo ampla repercussão no convite que recebi para assumir a Secretaria Estadual de Esportes, decidi, em conversa, hoje (ontem), com o governador Renato Casagrande e o chefe da Casa Civil, Davi Diniz, assumir meu novo mandato e permanecer na Assembleia Legislativa a partir de 1º de fevereiro.”

Apesar de honrado com o convite e convicto de que poderia contribuir muito com o desenvolvimento e a valorização do setor de esporte no Estado, entendo que, neste momento, o mais adequado é continuar trabalhando pelos capixabas no Legislativo estadual.

Agradeço a todos pelas mensagens de apoio e incentivo recebidas até aqui, e também ao governador pela compreensão e respeito ao meu trabalho. Mantenho-me à disposição para colaborar com o governo na tarefa de garantir um Espírito Santo cada vez mais justo para os capixabas”.

Vidigal vai esperar decisão da Justiça no caso Durão

Uma semana após Luiz Durão ter sido preso por estupro, o deputado federal e presidente do PDT, Sérgio Vidigal, se manifestou sobre o caso. Ele evitou falar de expulsão do vice-presidente pedetista e disse que a sigla aguardará o desenrolar na Justiça para se posicionar.

“A decisão não pode ser minha. O partido tem uma Comissão de Ética que, se por ventura entender que deva analisar, vai discutir. Nesse primeiro momento, não. Só após decisão judicial”, disse.

O deputado federal afirmou respeitar o recuo de Marcelo Santos da Secretaria de Esportes e que não participou da conversa com o governo. “Estou em São Paulo em uma pós-graduação”, justificou.

Vidigal disse que vai aguardar o governo sobre o novo indicado. Ele lembrou que, em determinado momento, quando mais secretarias estavam em aberto, o PDT apresentou nomes como o de Alessandro Comper, hoje subsecretário de Esportes, da professora Claudia Maria da Silva e do investigador da Polícia Civil Junior Fialho.

“Novo nome para pasta depende do PDT”



DINIZ: acordo com partido continua

Em conversa com a reportagem na tarde de ontem, o secretário da Casa Civil, Davi Diniz, disse que o tom da conversa entre o governo e o deputado Marcelo Santos (PDT) foi de total respeito à decisão do parlamentar em não aceitar o convite para assumir a Secretaria de Estado de Esportes (Sesport).

“Foi um conversa muito tranquila, em que respeitamos a decisão do Marcelo. Entendemos as razões apresentadas por ele”, disse o secretário.

Sobre repensar uma nova estrutura de governo sem que haja quebra no acordo firmado com o PDT

desde o período das coligações partidárias visando às eleições de outubro passado, Diniz destacou que segue tudo como antes.

Ele garantiu que a pasta será assumida por um nome que será indicado pela sigla.

“O nosso acordo com PDT permanece, com certeza. Vamos repensar um novo nome, junto com o partido”, disse.

Questionado se o subsecretário de Esportes Alessandro Comper, que é do PDT e está assumindo interinamente a Sesport, poderia ser efetivado na pasta, resolvendo assim o impasse causado após a pri-

são de Durão, Diniz afirmou que essa hipótese não está totalmente descartada.

“Olha, o Comper certamente é um bom nome. Ele, como já está na pasta, pode sim ser efetivado. Mas, como eu disse anteriormente, tudo vai depender dessa conversa com o partido. Por enquanto, são todas apenas hipóteses que estão sendo levantadas”, destacou.

Questionado sobre quais seriam os outros possíveis aptos para assumir a pasta, Diniz não quis citar nenhum nome específico e voltou a dizer que tudo vai depender da conversa com o PDT.



VIDIGAL: negou punição imediata



LUÍZ DURÃO vai continuar preso no Quartel dos Bombeiros: ele é acusado de estuprar uma adolescente de 17 anos

CASO DURÃO

Tribunal nega pedido de liberdade a deputado

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) negou na quarta-feira os pedidos da defesa do deputado Luiz Durão (PDT) de prisão domiciliar, mantendo o acusado de estupro preso no Quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros, na capital.

A decisão foi publicada no Diário da Corte. Essa foi a segunda negativa a pedido do deputado. O processo, no entanto, segue em segredo de Justiça.

Além da reversão da prisão para domiciliar, a defesa do parlamentar ainda havia requerido a liberdade imediata dele.

Sorteado relator da ação, o desembargador Ewerton Schwab Filho não atendeu às solicitações da defesa e manteve a decisão do desembargador Telêmaco Abreu Antunes, responsável pela conversão da prisão em flagrante em pre-

ventiva.

Apesar de hoje tramitar no TJ-ES, o processo, que se encontra em fase de inquérito, deve descer para a primeira instância da Justiça.

Isso porque, além de perder o foro privilegiado com o fim de seu mandato na Assembleia, o suposto crime cometido por Durão não tem relação com sua atividade como parlamentar.

Durão, além de ter o inquérito analisado pela Justiça, também poderia ter sua prisão anulada pela Assembleia Legislativa.

É que a Constituição Estadual permite que o Legislativo delibere sobre a prisão de parlamentares em flagrante delito, no prazo de 24h da ocorrência.

A Assembleia, no entanto, alega que não recebeu o inquérito a tempo de decidir a respeito do assunto, por meio de sua Procuradoria.

Com isso, Durão teria ficado sem a oportunidade de apelar para esse dispositivo, como relataram alguns deputados, na sessão da última quarta-feira.

Já a Polícia Civil (PC), por meio da Secretaria de Estado da Segurança (Sesp), mantém a versão de que o documento foi enviado à Casa dentro do prazo legal.

O desencontro entre a Polícia e a Assembleia gerou críticas entre parlamentares, como Enivaldo dos Anjos (PSD), por exemplo, que chegou a dizer que a Casa havia sido desrespeitada pelo delegado que atuou no caso.

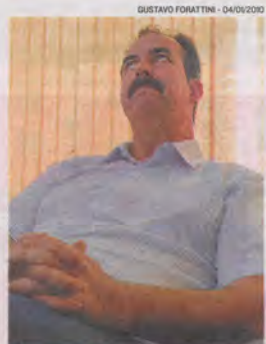
Em resposta aos questionamentos, o chefe da PC, José Darcy Arruda, disse ontem que "o delegado de polícia é um ator jurídico, é bacharel em Direito. Então, todos os delegados estão aptos a desenvolver essa função".

Pedido para governo revogar nomeação de Frei Paulão

A ONG Transparência Capixaba está contestando a nomeação de José Paulo Viçosi (PSB), o Frei Paulão, para o cargo de subsecretário estadual da Agricultura. Para a organização, o socialista está inelegível até 2021.

Segundo a nota, isso ocorre devido à rejeição de contas dele no Tribunal de Contas da União (TCU) em 2013. Isso foi um dos motivos de inelegibilidade nas eleições de 2016 e que também impede a nomeação para cargos comissionados no Espírito Santo, em lei sancionada pelo próprio Renato Casagrande (PSB), em 2012.

A ONG pediu ao governo que re-



FREI PAULÃO: condenado pelo TCU

veja a nomeação e a torne sem efeito, que apresente um plano de integridade para evitar situações semelhantes e que reative o Conselho Estadual de Ética Pública.

O governo informou, por nota, que a Procuradoria-Geral do Estado já está analisando o caso e, em tempo hábil, se manifestará. Disse também que "seguirá rigorosamente o que determina a lei".

Além disso, informou que a implantação de sistemas de integridade é uma pauta na Secretaria de Controle e Transparência. Já o Conselho de Ética Pública está sendo revisto e vai ser reestruturado. Frei Paulão não foi localizado.

| CASO LUIZ DURÃO |

MARCELO SANTOS DESISTE DE CARGO DE SECRETÁRIO

Com isso, seu suplente, preso por estupro, não vai para a Assembleia

LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

Estava tudo combinado desde o fim do ano passado: o deputado estadual Marcelo Santos (PDT) assumiria, em fevereiro, a Secretaria de Estado de Esportes no governo Renato Casagrande (PSB). No lugar dele, quem ficaria com a cadeira no Legislativo seria o primeiro suplente da coligação, o também deputado Luiz Durão (PDT). Mas, no último dia 4, Durão foi preso em flagrante, acusado de estupro. A partir daí, a ascensão do suplente à Casa passou a significar um custo político, tanto para Marcelo quanto para o governo, que seriam, indiretamente, corresponsáveis pelo destino de um preso ou recém-saído da cadeia.

Ontem, após conversa com Casagrande e com o secretário da Casa Civil, Davi Diniz, Marcelo anunciou que vai permanecer na Assembleia, abrindo mão do cargo no primeiro escalão. "Quería tirar esse fardo tanto das minhas costas quanto das costas do governador", afirmou Marcelo, à reportagem. O Palácio também já vinha conversando com o PDT, "para tomar uma decisão em conjunto, aguardando o final do inquérito e o desenrolar (da situação de Durão) na Justiça", como destacou Diniz.

Como o caso de Durão ainda está em fase de inquérito, sem decisão judicial definitiva, nada, em tese, impediria o suplente de ficar com a vaga. O regimento da Assembleia prevê a posse em até 30 dias, prorrogáveis por igual período, e isso "salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovada", si-



Marcelo Santos tinha convite para ser secretário de Esportes, mas decidiu permanecer no Legislativo

TATI BELING/ALES

ENTENDA

Prisão

O deputado Luiz Durão (PDT), de 71 anos, foi preso por estupro na última sexta-feira, dia 4. Ele foi flagrado ao sair de um motel, na Serra, acompanhado de uma jovem de 17 anos.

O que diz Durão

Em depoimento à Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Durão afirmou que entrou no motel para usar o banheiro após sentir um "desconforto intestinal".

O que diz a vítima

Já a jovem afirma que houve relação sexual, o que foi confirmado pelo chefe da Polícia Civil, Darcy Arruda, após realização de perícia e exames. Ela afirma que não houve ameaça explícita ou violência por parte do deputado, mas diz ter ficado sem reação e que só cedeu às investidas por medo da "fama de matador" de Durão.

Preventiva

A prisão em flagrante foi convertida em preventiva no último sábado, dia 5. Apesar dos pedidos da defesa, a prisão foi mantida ontem.

Suplente

1º suplente da coligação que elegeu Marcelo Santos à Assembleia, Durão ficará com a vaga dele na Casa caso Marcelo assumisse a Secretaria de Esportes.

Mudança

Ontem, Marcelo Santos anunciou que vai permanecer na Assembleia.

"Quería tirar esse fardo tanto das minhas costas quanto das costas do governador. Não é o momento de assumir o cargo"

MARCELO SANTOS (PDT)
DEPUTADO ESTADUAL

lugar na Mesa Diretora? Hoje Marcelo já é vice-presidente da Assembleia. Pensando no futuro, uma vaga no Tribunal de Contas do Estado (TCES)?

Davi Diniz garantiu que nenhuma contrapartida foi pauta da conversa. O secretário também confirmou que partiu de Marcelo o gesto de permanecer na Assembleia.

Quanto aos próximos passos, o deputado tergiversa: "Minha colaboração é no plenário, (liderança

do governo) é decisão unicamente do governador". "E não tenho vaidade de ocupar espaço na Mesa, mas estou à disposição de ocupar algum espaço e à disposição do governo", complementou. Marcelo é aliadíssimo do presidente da Casa, Erick Musso (PRB), cotado para a reeleição. E foi a ele quem Marcelo primeiro comunicou sobre a decisão de permanecer no Legislativo. Ontem, estiveram juntos em longa reunião.

Sobre vaga de conselheiro no TCES, pela qual demonstrou interesse num passado recente, Marcelo diz que, hoje, isso já não está em seu horizonte, "até porque nem tem vaga lá". Aliás, se houvesse a vaga hoje, a questão do suplente persistiria e seria um problema. "Mas, se no futuro, abrir a vaga e o Marcelo se disponibilizar a ocupar, vai precisar do governo", lembra um aliado. Marcelo também deixou

"Respeitamos a atitude do deputado Marcelo Santos, entendemos os motivos que o levam a tomar a decisão"

DAVI DINIZ SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL

escapar: "Pode ser que lá para adiante a gente volte a conversar sobre secretaria e eu vá até para o governo".

NOVO NOME

Por enquanto, é aguardar quem será o titular de Esportes. Interinamente, quem está à frente da pasta é Alessandro Comper, também filiado ao PDT. Ele contou que soube pela reportagem da decisão de Marcelo. O governo e o partido ainda vão conversar sobre a indicação de um novo nome.

| CASO LUIZ DURÃO |

Desembargador mantém prisão de deputado

Parlamentar continua no quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros, em Vitória

▲ LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

O desembargador Ewerton Schwab Pinto Júnior, relator do caso no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), negou os pedidos da defesa do deputado estadual Luiz Durão (PDT) e manteve o parlamentar, acusado de estupro, preso no quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros, em Vitória. A decisão é da última quarta-feira, mas foi registrada ontem.

Assim, fica inalterado o quadro que já havia sido determinado pelo desembargador que estava de plantão no TJES, Telêmaco Antunes de Abreu Filho, no último dia 5. Ele converteu a prisão em flagrante em preventiva.

A defesa, em pedido de reconsideração, queria a liberdade imediata ou a concessão de prisão domiciliar

ao pedetista, por motivos de saúde, e ainda o trancamento da ação penal. O desembargador também não se manifestou sobre uma possível "descida" do caso, ainda em fase de inquérito, para o primeiro grau do Judiciário, o que poderia ocorrer, já que o crime imputado a Durão não tem relação com a função dele na Assembleia. Foi concedida vista ao Ministério Público Estadual (MPES) para análise.

O processo está sob sigilo e as informações foram obtidas pela reportagem de A GAZETA com fontes que acompanham o caso.

SEM MANDATO

Como o deputado estadual Marcelo Santos, também do PDT, anunciou que não vai mais assumir a Secretaria de Estado de Esportes, Durão vai ficar sem mandato a partir de 1º de fevereiro. Como é o primeiro suplente da coligação que elegeu Marcelo, caso o correligionário fosse para o primeiro escalão

do governo Casagrande, a vaga na Assembleia caberia a Durão. Isso vai fazer com que o caso vá, automaticamente, para o 1º grau, mas pode ser que até lá haja alguma manifestação nesse sentido.

Durão foi preso em flagrante, na última sexta-feira, quando saía de um motel, na Serra, acompanhado de uma adolescente de 17 anos. Ao "descer", o caso vai para uma Vara Criminal da cidade.

O CASO

O deputado, a pedido da mãe da adolescente, dava uma carona à jovem de Linhares até Vitória. Ele teria um compromisso na Assembleia Legislativa naquela sexta-feira e a jovem encontraria amigos no Shopping Vitória. No meio do caminho, de acordo com relato da jovem à Polícia Civil, o parlamentar "passou a mão" na coxa e no quadril dela. Depois, desviou o caminho para um motel.



Luiz Durão foi preso no dia 4 ao sair de um motel na Serra com uma adolescente

2 DECISÕES

Número de decisões em segunda instância que mantiveram Durão preso.

"Eu estava sem reação, pois todo mundo na minha cidade sabe a fama que o Luiz Durão tem, no período em que ele foi prefeito da cidade foi o período que teve

mais mortes—as pessoas falavam que Luiz mandava matar para 'limpar a cidade', ele tinha fama de matador. Então, não passava pela minha cabeça que eu iria dizer não ou tirar a mão dele e isso iria dar certo, que iria ficar tudo bem", contou a adolescente.

Já o deputado disse à polícia que parou no motel apenas para usar o banheiro. O delegado-chefe da Polícia Civil, Darcy Aruda, já afirmou, em en-

trevista, que o ato sexual foi comprovado.

A defesa alegou, em memorial ao qual a reportagem teve acesso, que "a conduta narrada pela suposta vítima mostra, no máximo, o comportamento de um homem comum que acreditava estar sendo correspondido em suas investidas e ao perceber que não estava cessou imediatamente seus atos, não havendo qualquer irregularidade".

"É uma situação sui generis", afirma Vidigal

▲ Presidente estadual do PDT, o deputado federal Sérgio Vidigal falou, pela primeira vez, ontem, sobre a situação do deputado estadual pedetista Luiz Durão, preso por estupro e suplente da coligação que elegeu Marcelo Santos (PDT) à Assembleia.

"É uma situação sui generis para nós. O problema que ele (Durão) está atravessando não tem a ver com a atividade parlamentar dele. Esse assunto não pode ser discutido dentro da esfera partidária", afirmou Vidigal.

"Está na fase de inquérito ainda e a gente está aguardando o encaminhamento judicial. Não sou eu que resolvo isso, mas depois a gente discute na Comissão de Ética. A princípio não nos debruçamos sobre isso ainda porque está na fase de inquérito e não tem relação

com o exercício do mandato", disse, ainda, o presidente estadual da legenda.

Questionado sobre como o partido se comportaria caso, hipoteticamente, Marcelo Santos decidisse assumir a secretaria e houvesse algum impedimento legal para Durão assumir a vaga na Assembleia, Vidigal ressaltou que a segunda suplente da coligação, Sueli Vidigal (PDT), não ficaria com a cadeira.

"A Sueli não assumiria de forma alguma. Se houvesse condição legal para ela assumir, ela não assumiria no cenário colocado porque é um assunto muito constrangedor para nós. Como se ela fosse se beneficiar em cima de um problema de um companheiro de partido", afirma Vidigal, marido da ex-deputada.

Ele diz que o partido não vai "impor" um novo nome



Sérgio Vidigal é o presidente estadual do PDT

"Não nos debruçamos sobre isso. Está na fase de inquérito e não tem relação com o mandato"

SÉRGIO VIDIGAL
PRESIDENTE
ESTADUAL DO PDT

da sigla ao governador Renato Casagrande (PSB) para a Secretaria de Esportes após Marcelo Santos decidir permanecer na Assembleia. "Ele (Casagrande) que tem que analisar o perfil, para ver se o PDT tem quadros adequados. Não vamos impor nada", afirmou.

SEM BRIGA

"O PDT é parceiro do governo. Não vamos brigar por causa de cargo",

complementou.

No início de dezembro, o PDT chegou a elaborar uma lista de opções para Casagrande. Nela, estava Marcelo Santos, mas também outros, como o atual subsecretário e que responde interinamente pela pasta de Esportes, Alessandro Comper. "Mas não estava definida uma secretaria específica naquela ocasião", lembrou Vidigal.

O presidente estadual não entrega qual seria o nome mais provável a integrar o secretariado. Para quem lembra da ex-deputada Sueli, ressalte-se que ela nem estava na lista aprovada pela Executiva do partido.

Sobre Marcelo Santos, Vidigal diz que soube pela imprensa da nota em que o deputado divulgou que não assumiria a pasta de Esportes no governo.

Acusação acredita em júri popular neste ano

Acusado de matar o ex-governador Gerson Camata, em 26 de dezembro do ano passado, Marco Venício Andrade, que foi preso no mesmo dia e confessou o crime, deve ser levado a júri popular ainda este ano.

A informação é do assistente de acusação Renan Sales. O processo deixou de estar em segredo de Justiça, na última quarta-feira.



MARCO Venício continua preso

Família de Camata quer indenização de assassino

Rita Camata, viúva do ex-governador, pediu para ser assistente de acusação no processo

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

A família do ex-governador Gerson Camata, morto a tiro no dia 26 de dezembro após sair de uma padaria na Praia da Cantô, em Vitória, quer que o assassino seja condenado, também, ao pagamento de uma indenização por danos morais e materiais. Ex-assessor de Camata, Marcos Venício Moreira Andrade, o Marquinhos, confessou o crime e está preso.

O pedido foi feito à 1ª Vara Criminal de Vitória, na última terça-feira, pela viúva do ex-governador, a ex-deputada federal Rita Camata (PSDB), que também solicitou ser acolhida no processo como assistente de acusação. A petição é assinada pelos advogados Ludgero Liberato e Renan Sales.

Desde 2008, o Código de Processo Penal permite que o juiz criminal, além de condenar os acusados à prisão, também aplique condenações para reparações por danos morais a vítimas ou às famílias das vítimas.

A petição entregue pelos representantes jurídicos de Rita Camata não

discrimina valores. Os advogados farão o levantamento dos prejuízos materiais decorrentes do assassinato de Gerson Camata, e cabe ao juiz, se considerar necessário, determinar o valor da indenização por danos morais.

"Restando incontestado o crime perpetrado, imperiosa é a necessidade de reparação dos consequentes danos morais e materiais advindos, devendo o acusado, então, ser condenado a ressarcir a viúva da vítima, aqui assistente de acusação, em valor indenizatório mínimo e justo", diz o documento protocolado pelos advogados.

No dia 3 de janeiro, Marcos Venício Moreira Andrade foi denunciado pelo Ministério Público Estadual pela prática de homicídio qualificado por motivo torpe. Gerson Camata foi morto com um tiro no ombro que transfurou o corpo.

O CRIME

Gerson Camata foi assassinado aos 77 anos. Marcos Andrade disse que matou o ex-governador por causa de um processo que passou a responder, ainda em 2009, após lançar uma série de denúncias contra Camata. A Justiça não viu materialidade



Marcos Venício Andrade foi preso após o assassinato

nas denúncias e acabou condenando Marcos ao pagamento de R\$ 50 mil de indenização, em 2012.

No início deste ano, foi determinado um bloqueio contra Marcos Andrade para garantir o pagamento da indenização. Esse bloqueio, segundo o acusado, foi o motivo do assassinato

segundo informações dadas por ele à polícia.

A defesa do acusado manifestou-se recentemente. "O que se clama agora é por um julgamento justo, por um inquérito decente, em que o sensacionalismo e o clamor popular não tenham espaço", frisou, em nota.

PM e mulher acusados de extorsão a Amaro viram réus

Processo agora tramita em segredo de Justiça

Envolvendo acusações de traição, extorsão e até mesmo de uso de bem público – veículo oficial –, o processo do deputado estadual Amaro Neto (PRB) e da pedagoga Keila Bonde Ferreira, a pedido da própria autoridade policial, passou a tramitar em segredo de Justiça.

A justificativa do pedido, segundo o advogado que defende Amaro na ação, Ludgero Liberato, tem a ver com o fato de que todo o processo envolve fatos íntimos da vida do deputado, evitando, assim, maior exposição da situação.

Em regras gerais, os processos judiciais são públicos, ou seja, qualquer um pode ter acesso a eles. No entanto, há casos em que inquéritos policiais ou ações civis, penais e administrativas podem ter este acesso impedido, ou seja, tramitarão sob sigilo.

Ao conceder o segredo de justiça, a juíza Elza Maria Ximenes de Oliveira, da 3ª Vara Criminal de Cariacica, considerou que, por se tratar de uma figura pública envolvida nos autos – além de deputado, Amaro também é apresentador de TV – pedido da polícia de colocar o processo sob sigilo deveria ser atendido.

“No presente caso, verifico que o presente processo contém conversas e dados da intimidade da vítima, que é figura pública”, concluiu a magistrada, ao final da decisão de acolhimento da denúncia.

A denúncia foi acatada pela 3ª Vara Criminal de Cariacica. O casal teria exigido R\$ 500 mil para não divulgar vídeo íntimo do deputado

Tiago Alencar

A juíza da 3ª Vara Criminal de Cariacica, Elza Maria Ximenes de Oliveira, recebeu a denúncia do Ministério Público Estadual (MP-ES) contra o casal acusado de tentar extorquir dinheiro do deputado federal eleito Amaro Neto (PRB).

Fernando Marcos Ferreira, cabo da Polícia Militar, e sua mulher, a pedagoga Keila Bonde Ferreira, presos desde 30 de novembro, agora viraram réus na ação. Eles são acusados de exigir R\$ 500 mil de Amaro, sob ameaça de divulgação de suposto vídeo íntimo do parlamentar com a pedagoga.

Em depoimento prestado à polícia por um assessor de Amaro, apontado como intermediador de um suposto acordo entre o casal e o deputado, Fernando teria chegado a pedir R\$ 5 milhões pelo material.

No documento ao qual a reportagem de A Tribuna teve acesso, a juíza destaca que, diante dos fatos



AMARO NETO assumiu ter mantido um relacionamento extraconjugal com a pedagoga, mulher do policial militar

narrados na peça acusatória, fica evidente a conduta dos acusados em tentar extrair benefícios com as supostas chantagens a Amaro.

“Analisando os fatos narrados na inicial acusatória, vislumbro, a priori, a tipicidade da conduta imputada aos acusados”, frisou a magistrada.

Durante todo o processo de apuração dos fatos pela polícia, houve acusações dos dois lados. Em seus depoimentos, Keila e Fernando disseram que Amaro, que assumiu

ter mantido um relacionamento extraconjugal com a pedagoga, é quem teria oferecido a quantia ao casal, para que o suposto vídeo não vazasse.

A pedagoga chegou a afirmar, em seu depoimento, que o deputado teria dito que o valor seria uma forma de sensibilizar o marido dela, que havia acabado de descobrir o caso mantido com Amaro.

No entanto, de acordo com o advogado que defende o parlamen-

tar, Ludgero Liberato, a aceitação da denúncia por parte da Justiça demonstra que a versão apresentada pelo casal não tem sustentação nenhuma.

“Reiteramos a nossa confiança no Poder Judiciário e na capacidade de reprimir toda espécie de criminalidade”, pontuou.

Procurada na tarde de ontem, a defesa do casal não foi localizada para comentar a decisão da magistrada de Cariacica.



LIBERATO: evitar exposição

“Analisando os fatos narrados na inicial acusatória, vislumbro, a priori, a tipicidade da conduta imputada aos acusados”

Juíza Elza Maria Ximenes de Oliveira

TRECHOS DA DECISÃO

Garantia da ordem pública

Quebra de sigilo

DE ACORDO com a juíza, na decisão de aceitação da denúncia, os dados coletados nos aparelhos de telefone dos acusados, apreendidos no dia da prisão do casal, podem conter informações que levem à confirmação da prática de extorsão. Por isso, ela deferiu a medida solicitada.

Extorsão

EM OUTRO trecho de sua decisão, a juíza fundamenta o seu entendimento dizendo que o caso denunciado pelo Ministério Público Estadual (MP-ES) traz fortes indícios da prática de extorsão que, segundo ela, é cometida sempre às escondidas, de maneira sutil, sem testemunhas

oculares, sendo, por isso, necessário o maior número de provas possíveis.

Ordem pública

A MAGISTRADA ainda pontuou que o andamento do processo, amparado pela coleta de provas, deve ser sempre no sentido de elucidar os fatos e garantir a ordem pública, frontalmente ameaçada, segundo ela.

Prazo

NOS AUTOS, após a citação dos acusados, a Justiça pediu para que a defesa do casal se manifestasse sobre prazo de 10 dias após a decisão. A sentença foi assinada no último dia 19. Procurada, a defesa não foi localizada para comentar.

ENTENDA O CASO

Casal continua atrás das grades

- NO DIA 30 DE NOVEMBRO, o deputado Amaro Neto (PRB) denunciou uma tentativa de extorsão.
- SEGUNDO O PARLAMENTAR, o policial militar Fernando Marcos Ferreira teria exigido R\$ 500 mil para não divulgar um vídeo em que Amaro aparecia tendo relações íntimas com a mulher de Fernando, a pedagoga Keila Bonde Ferreira.

Depoimentos

- EM SEU DEPOIMENTO, O DEPUTADO assumiu a relação amorosa com a pedagoga chegando, inclusive, a indicá-la para um cargo na Secretaria Estadual de Esportes (Sesport). No entanto, ele nega que ela tenha dito que era casada.



MINISTÉRIO PÚBLICO: denúncia

- JÁ EM SEU ESCLARECIMENTO à polícia, Keila afirmou que Amaro sabia que ela era casada e que, ao saber que o marido havia descoberto a traição, teria oferecido R\$ 500 mil ao casal.
- NO DIA 7 DE DEZEMBRO, a Justiça

decidiu pelo indiciamento do casal, que segue preso desde o dia em que aconteceu fato, em Campo Grande, Cariacica.

- UM PEDIDO DE HABEAS CORPUS em favor de Keila e Fernando segue em tramitação no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

Denúncia

- NO ÚLTIMO DIA 19, a juíza da 3ª Vara Criminal de Cariacica, Elza Maria Ximenes de Oliveira, aceitou a denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual (MP-ES) contra o casal, que virou réu na ação.
- ESSA é a fase em que começa a juntada de provas para a formulação da sentença sobre o caso.

CASAGRANDE: ESTADO É O QUE MAIS PRENDE NO PAÍS

Governador fez comparação com população de outros locais

▲ KAIQUE DIAS

▲ NATÁLIA BOURGUIGNON

O governador Renato Casagrande disse que o Espírito Santo é o Estado que mais encarcera no Brasil. A afirmação foi feita em entrevista ontem. O chefe do executivo estadual fez uma comparação com outros locais que têm a mesma quantidade de presos, mas com uma população bem maior.

"Temos uma população geral de 4 milhões de pessoas, mas com uma população carcerária igual às de Santa Catarina, Bahia, Goiás, por exemplo", afirmou o governador à Rádio CBN, pela rede nacional, citando Estados que têm índices populacionais maiores que o Espírito Santo.

Além da CBN, o governador também concedeu entrevista à GloboNews ontem, e, para ambas, respondeu ainda questões sobre reformas da Previdência e Tributária e crime organizado.

PRESÍDIOS

Dados da Secretaria Estadual de Justiça (Sejus) mostram que o Espírito Santo tem quase nove mil presos a mais do que o suportado pelos presídios. O Estado conta hoje com 22.541 detentos, mas possui apenas 13.863 vagas. Dos 37 estabelecimentos prisionais capixabas, segundo levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apenas cinco não apresentam superlotação. Dentre eles, um está desativado e outro é o hospital de custódia.

Casagrande explicou que, desde 2008, os presi-

“

Temos uma população carcerária igual às de Santa Catarina, Bahia, Goiás, mas com uma população geral menor”

RENATO CASAGRANDE
GOVERNADOR

dios estaduais têm registrado um crescimento de 1.500 detentos por ano. "Para evitar a superlotação, seria necessário construir três presídios de 500 vagas por ano, algo que seria insuportável para o orçamento."

Na última quarta-feira, Casagrande esteve com o ministro da Justiça, Sérgio Moro, em Brasília, para tratar do que o socialista considera uma "bomba-relógio" no sistema prisional capixaba. Mesmo diante da situação, o governador disse que não há necessidade de ajuda da Força Nacional.

A CBN, declarou que, para manter um sistema prisional estável e sem atuação de facções — como acontece em várias outras unidades pelo país —, é necessário organização. "A desorganização é a porta de entrada de facções", ressaltou. Ainda de acordo com o governador, a superlotação dificulta a socioedu-



Casagrande disse que desorganização nos presídios é porta de entrada para facções

cação e sobrecarrega os servidores dos presídios. "Com superlotação, chega a um ponto que não tem mais como trabalhar preventivamente", disse.

Ele comentou que discutiu com Moro propostas para alteração do Código Penal e Lei de Execuções Penais. Além disso, foram debatidas ações de acompanhamento mais integrado das inteli-

gências do governo federal com os estaduais. "Boa parte das facções criminosas no Brasil atuam de dentro do presídio. Temos riscos aqui no Estado, com nove mil detentos a mais. Não podemos deixar as facções entrarem e comandarem o crime de dentro das unidades prisionais", declarou.

Casagrande disse que no Estado o governo já faz um

bom trabalho na área, com inteligência integrada na Secretaria Estadual de Segurança Pública, com as polícias Civil e Militar juntas, mas que é preciso ir além.

Sobre a anistia aos policiais militares, promessa de campanha do atual governador, lembrou que a greve da categoria, em 2017, abalou a corporação, fazendo com que muitos policiais co-

metessem suicídio e outros se afastassem por problemas psicológicos. Segundo ele, na próxima semana, será enviado um projeto à Assembleia Legislativa do Estado com um "programa de recuperação" para os militares. "É preciso fechar essa ferida e olhar para frente."

PREVIDÊNCIA

O governador comentou ainda sobre o posicionamento quanto à reforma da Previdência. Casagrande afirmou que vai orientar a bancada capixaba para a aprovação do projeto, que deve ser enviado pelo presidente em breve. Ele ressaltou, no entanto, que não sabe todos os pontos que serão abordados na proposta. "Não conheço os detalhes, mas sou favorável à elevação da idade mínima e à unificação dos regimes", disse.

O governador também se mostrou favorável à reforma tributária. "O maior problema que temos hoje no Brasil é a concentração de renda."

CRIME ORGANIZADO

Na entrevista à GloboNews, Casagrande foi lembrado da época do crime organizado no Estado, que se infiltrou pelas polícias, pelo Legislativo e em outras instituições, no início do dos anos 2000. Ao ser questionado sobre conselho que daria ao Rio de Janeiro, que se encontra em situação semelhante, disse que era importante qualificar as representações. "É preciso ter a visão de que o ato de governar não é só do governo, mas de todas as instituições", disse.

SITUAÇÃO CARCERÁRIA NO ESPÍRITO SANTO

PRISÕES SUPERLOTAÇÃO

► Situação crítica

A superlotação nos presídios do Estado chega a 60% da capacidade. A situação é considerada crítica pelo governo estadual.

► Vagas

No Estado, há 13.863 vagas e 22.541 presos.

São quase nove mil a mais do que a capacidade.

► Situação crítica

Dos 37 estabelecimentos prisionais do Estado, segundo levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apenas cinco não estão superlotados.

Dentre eles, um está desativado e outro é o hospital de custódia.

► Xuri

Dos 32 presídios restantes, os mais superlotados, com excessos superiores a 500 presos, estão em Vila Velha, no Complexo de Xuri, que conta com cinco unidades.

► Dobro

Na unidade mais superlotada, estão abrigados 1.272 presos, onde cabem apenas 604. Um excesso de 631 detentos. São mais de dois presos para cada vaga. No mesmo sistema, há outra unidade com 1.193 presos, tendo apenas 580 vagas. Um excesso de 612 detentos.

► Outras cidades

As unidades que lideram a superlotação estão em Vila Velha, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. Mas há situações de superlotação até nas unidades de detenção provisória, como é o caso de Guarapari, com 407 presos além da sua capacidade, que é 580.

CRISE

► Maior

O excesso é superior aos limites de 2009, quando o Espírito Santo viveu a grave crise do sistema prisional e lançou mão até de celas metálicas para abrigar os presos e foi alvo de um pedido de intervenção. Na ocasião, não haviam vagas para 50% dos detentos.

UM TEMA, DUAS VISÕES

Construir presídios resolve a crise do sistema prisional no Estado?

Prisões no Espírito Santo estão atualmente com um déficit de 9 mil vagas, e essa superlotação mobilizou a criação de uma força-tarefa para pensar e propor soluções para o problema

Repetição das mesmas soluções por décadas

Fabrizio Campos é advogado criminalista e mestre em Direito, Estado e Cidadania

Nada explica melhor a expressão “murro em ponta de faca” do que a tara dos governos que há décadas falam em ampliar presídios para gerir o número de presos. É claro que, até um certo limite, a superlotação, de fato, deve ser resolvida com a incorporação de mais espaços físicos, ainda mais em emergências. Entretanto, a repetição ao longo das décadas das mesmas soluções torna o que seria excepcional (mais presídios) num instrumento único de gerenciamento da população carcerária.

Os dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) mostram que nunca, desde 1990, tivemos redução do número de presos, hoje (com dados de 2016) na casa dos 720 mil. São 352 pessoas por 100 mil habitantes, posição bem inferior (segundo dados do Institute for Criminal Policy Research, da Universidade de Londres) aos Estados Unidos (655/100 mil) e à Rússia (392), mas muito superior à declarada na China (118) e países com compromissos democráticos duvidosos como Arábia Saudita (197) e Venezuela (178). Também prendemos mais do que em países aos quais não se costuma atribuir falta de rigor das leis, como Israel (236), França (104) e Inglaterra (139). Os números relativos militam contra nossa enfadonha autoprocamação de país da impunidade e apontam para a conclusão de que, de fato, prendemos demais. Além disso, dessa gigantesca massa encarcerada, registra o DEPEN algo em torno de 40,2% de presos sem condenação definitiva. E como os dados do Departamento Penitenciário são de 2016, a cifra deve ter piorado, dada a orientação do STF autorizando o cumprimento da pena aos condenados em segundo grau, mesmo sem o trânsito em julgado.

Seguindo-se a lógica desses dados, construir mais penitenciárias só vai resolver o problema até precisarmos de mais penitenciárias, até o ponto em que os governos não vão mais construir nada: só cadeias.

Interromper esse círculo demanda, claro, políticas sociais de redução da criminalidade ainda na raiz. Porém,

Construir mais penitenciárias só vai resolver o problema até precisarmos de mais penitenciárias, até o ponto em que os governos não vão mais construir nada: só cadeias

três medidas enxugariam o sistema a curto e médio prazo: aplicar com mais frequência as técnicas de redução de encarceramento que já existem na lei brasileira e que são formas de evitar a prisão preventiva e garantir por outros meios a segurança do processo; reverter a jurisprudência da execução da pena antes do trânsito em julgado, opção que está hoje nas mãos do STF e que agravará a carga no sistema prisional; e, finalmente, redimensionar nosso enorme acervo de leis penais, racionalizando a gravidade de alguns delitos, como o caso de crimes sem violência.

Enquanto não houver esforço (do Executivo, do Legislativo e do Judiciário) para se prender menos e melhor, a fatura do encarceramento continuará a ser paga com a construção contínua de presídios incômodos e caros.

Déficit só pode ser resolvido com ampliação

Wilker Kaiser de Freitas é advogado, diretor do Sindaspes e da Federação dos Inspectores Penitenciários do Brasil

O encarceramento de infratores sempre permeou a sociedade, desde a antiguidade, e a sociedade moderna, apesar dos progressos em distintas áreas, ainda não encontrou a melhor solução para punir o indivíduo, que não seja recolhê-lo em prisões. O Espírito Santo, apesar do diminuto tamanho espacial e da população reduzida, possui um alto número de presos recolhidos nas 35 unidades prisionais, atualmente chega a 22.541 detentos.

No primeiro governo de Paulo Hartung, o Estado contava com 10 mil presos e situação prisional caótica, sendo rotulada como as “masmorras de Hartung”. Foi nesse conturbado momento que a administração resolveu investir, e foram abertas vagas em unidades prisionais construídas com arquitetura moderna e equipadas com aparelhos de primeiro mundo.

No último governo de Paulo Hartung, o Estado já contava com 9 mil presos a mais, e até o final do seu mandato não houve aumento de vagas, com a área sem investimento. Foi nesse cenário que o atual governador do Estado, Renato Casagrande, assumiu.

Aprensivo com a superlotação dos presídios, que classificou como “bomba-relógio”, ele tem buscado alternativas para minimizar os problemas,

Ações paliativas, puxadinhos e gambiarras, em curto ou médio espaço de tempo, só maquam o problema

porém, o déficit de vagas só pode ser resolvido com o aumento delas, por meio da construção de novas unidades prisionais. Ações paliativas, puxadinhos e gambiarras, em curto ou médio espaço de tempo, só maquam o problema.

Há adiantado processo para construção de dois novos presídios. Essa é uma solução primária e urge enviar esforços para iniciar as obras. Mas além da necessidade de criação de vagas, há outras medidas a serem tomadas paralelamente, como investir na manutenção das penitenciárias já existentes. Há muitos anos não são feitos contratos com empresas, e os equipamentos têm se deteriorado. Do que adianta ter sensores e câmeras se elas não funcionam?

Ao lado disso, não adianta ter modernos equipamentos e não haver profissionais para operá-los. O quadro de inspetores penitenciários hoje é menor do que em 2010, sendo que nesse ínterim o número de presos aumentou exponencialmente, resultando numa carga de trabalho desumana sobre esses profissionais, que exercem a segunda mais estressante e perigosa profissão do mundo. Sem contar com a menor remuneração dentre os profissionais do país, mesmo sendo o sistema capixaba considerado modelo nacionalmente.

Quem desarma diariamente essa “bomba-relógio” são esses profissionais, que nem sequer foram convidados para discutir o sistema penitenciário, por meio de seus representantes de classe, na comissão criada recentemente pelo governo (na qual participam, além do Executivo Estadual, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e OAB). E ignorar o servidor, que tem maior expertise na área, não é o caminho, pois ele é justamente o conhecedor dos problemas e quem pode contribuir para soluções mais efetivas.



DADOS DA SEGURANÇA

As cidades com mais assassinatos no Estado

Serra lidera a lista com 187 homicídios registrados no ano passado. Em todo o Espírito Santo foram 1.150 casos

Isaac Ribeiro

A família da diarista Neilda Nascimento dos Santos, de 47 anos, morta durante tiroteio no bairro São Marcos III, na Serra, ainda sofre com a ausência. Neilda foi assassinada em setembro do ano passado e é uma das 187 pessoas mortas no município em 2018. Ela havia saído de casa para comprar cigarros quando foi atingida por um disparo. Outras três pessoas foram feridas na troca de tiros. O caso ainda é investigado pela Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) da Serra.

A cunhada da diarista, a dona de casa Ana Lopes de 50 anos, contou que a família tem se apegado a Deus para superar a perda.

“Ela deixou três filhos, que ainda estão muito tristes. Todos os dias nós sentimos saudade dela. Nesta terra não tem justiça. Por isso, entregamos tudo nas mãos de Deus. Se não nos apegarmos a Deus, nem conseguimos continuar a vida.”

A cunhada disse ainda que Neilda era trabalhadora e amiga. “Estamos sofrendo de uma forma que nem é possível descrever. Neilda era do bem, trabalhadora e amiga. Quando a família se reúne, um dá força ao outro e a gente ora junto para ir superando a perda dela”.

O município da Serra, onde Neilda foi morta, foi o que registrou mais assassinatos no ano passado em todo o Estado. Levantamento de **A Tribuna** apontou as cidades com mais homicídios. A pesquisa foi realizada a partir dos dados divulgados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp).

Em 2018 foram registrados 1.150 assassinatos no Espírito Santo. Os números incluem ocorrências de homicídios, latrocínio (roubo seguido de morte) e lesão corporal seguida de morte.

A Serra contabilizou 187 casos. Em Cariacica, foram 161. O município de Vila Velha registrou 150. Em Vitória, foram 78 mortes.

Fora da Grande Vitória, Linhares, no Norte do Estado, foi o município que encerrou 2018 com mais homicídios: 70. Ainda no Norte, São Mateus contabilizou 60 crimes. Em Cachoeiro de Itapemirim, no Sul do Estado, e em Guarani, foram 45 assassinatos.

Já em Aracruz foram 30 e em Colatina, Noroeste do Estado, a polícia registrou 19 homicídios.



MORTO COM 12 TIROS

“Saudade explode”

A universitária Juliana Laís Rosa, de 26 anos, é filha de uma das vítimas da violência. Em setembro do ano passado o pai dela, o vigilante Vanderlei Rosa, 48, foi assassinado com 12 tiros em Nova Carapina II, na Serra. O caso ainda é investigado pela Polícia Civil.

“Até hoje não acredito que meu pai morreu. Lembro dele todos os dias e bate uma saudade que quase explode o meu peito. Dá vontade de chorar quando lembro que não passamos o Natal nem o Reveillon juntos, em família”, lamenta.

Ela guardou todos os pertences do pai. “Eu ia morar com ele. Depois do crime, nunca mais voltei à Serra”.

Grande Vitória tem mais casos

Os municípios da Grande Vitória concentraram o maior número de homicídios dolosos (com intenção) ocorridos no Espírito Santo no ano passado.

De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), foram registrados 1.107 casos no Espírito Santo. Na região metropolitana foram 614 assassinatos. Já as tentativas de homicídios foram 711.

O titular do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), delegado José Lopes, explicou que a maior incidência, na Grande Vitória, é registrada às quartas-feiras.

“Ainda não identificamos o motivo, mas sabemos que na Grande Vitória a maioria dos casos acontece às quartas-feiras. No Estado, em geral, acontecem aos domingos, quando há mais pessoas em momentos de lazer nas ruas ou até mesmo em casa”.

mentos de lazer nas ruas ou até mesmo em casa”.

Na região Norte ocorreram 231 crimes. No Noroeste foram 114 e no Sul 88 homicídios. Na Região Serrana foram contabilizados 60 assassinatos. Segundo José Lopes a maioria dos crimes foi motivada por envolvimento com o tráfico de drogas e vingança.

Questionado sobre as ações que a polícia desenvolve no combate aos crimes dessa natureza, o delegado afirmou que em 2018, na Grande Vitória, a Polícia Civil prendeu 459 acusados de envolvimento em homicídios e tráfico de drogas.

Ao longo do ano foram realizadas 616 operações especiais com foco na prisão de acusados de homicídios. Algumas dessas ações foram executadas em parceria com a Polícia Militar.

“Agora, vamos ampliar as ações de investigação, identificação e prisão dos acusados. Já identificamos que, na maioria dos casos, as mortes estão relacionadas ao comércio de drogas. Construímos uma boa relação com a Polícia Militar e estamos alcançando resultados positivos com isso”, informou.



POLICIAIS recolhem corpo de vítima de homicídio em Cariacica

Ações integradas em região que lidera mortes

A Serra está no topo da lista de municípios com mais homicídios em 2018, com 187 casos. No entanto, segundo a prefeitura, a taxa de assassinatos por grupo de 100 mil habitantes caiu mais de 70% nos últimos 16 anos.

“O número ainda chama atenção, mas diversas ações têm sido realizadas. Fortalecemos o Gabinete de Gestão Integrada – em que ações estratégicas relacionadas à segurança são deliberadas – e ampliamos a presença da administração municipal nas comunidades de vulnerabilidade social”, destacou o subsecretário de Defesa Social do município, Reginaldo Silva.

Para a secretária de Assistência Social da Serra, Elcimar Loureiro, a questão da violência precisa ser enfrentada com políticas de qualificação profissional, oferta de emprego e atendimento de saúde.

“Não se trata somente de segurança pública. Temos projetos sociais que atendem a 5 mil usuários com 6 a 18 anos de idade. Temos de estar mais perto dos cidadãos e fortalecer os vínculos familiares.”

DADOS DA SEGURANÇA

Município sem homicídios há 4 anos

“Eu já não lembro quando foi que mataram alguém aqui. Quando acontece, todo mundo fica preocupado. A gente que mora em cidade pequena não está acostumado. Graças a Deus temos paz e qualidade de vida”.

A declaração é da professora Mônica Bissoli Benincá, de 32 anos, que mora em Alfredo Chaves, na Região Serrana, desde que nasceu. O município, com cerca de 14,5 mil habitantes, é o único do Estado onde há quatro anos não é registrado um homicídio.

De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), o último assassinato em Alfredo Chaves ocorreu no dia 16 de outubro de 2014. Antes desse, houve outro em 2011.

“É uma grande família em que um conhece a história de vida do outro e se trata com carinho, cuidado e muito respeito”, revelou Mônica sobre a cidade.

Ela e o marido, o empresário Jônatas de Souza, 31, receberam as amigas Bárbara Bruschi, 31, que mora em São Paulo, e Mariane Medeiros, 31, de Guarapari, que se surpreenderam com a tranquilidade do lugar.

“É uma cidade típica do interior, mas nos preocupamos com segurança. Conhecemos até os policiais. Há casas com grades, mas sem exageros. Aqui ainda temos o hábito de, ao sairmos de casa, pedir ao vizinho para dar uma olhadinha e molhar as plantas”, disse Jônatas.

O controlador-geral da Prefeitura de Alfredo Chaves, Josivaldo Andrade, afirmou que o município promove ações com as polícias Civil e Militar e o Poder Judiciário para oferecer segurança aos moradores.

“Nossa população é ordeira, do bem. Todo mundo se conhece e isso contribui para que tenhamos essa paz”, disse.

Em outras nove cidades capixabas não foram registrados assassinatos no ano passado: Apiaçá, Ponto Belo, Divino São Lourenço, Governador Lindenberg, Iconha, Itarana, Marechal Floriano, Mucurici e Alto Rio Novo. Os dados incluem casos de homicídio, latrocínio (roubo seguido de morte) e lesão corporal seguida de morte.

Em Marechal Floriano, o último homicídio ocorreu no dia 27 de setembro de 2015. Já em Apiaçá, foi em 21 de julho de 2016.

“É uma cidade do interior, mas nos preocupamos com segurança”

Jônatas de Souza, 31, morador de Alfredo Chaves



JÔNATAS e Mônica (no centro) receberam as amigas Bárbara e Mariane

Guarda Municipal e vigilância 24 horas por vídeo

Implantação de cerco inteligente de segurança, ampliação de sistema de videomonitoramento 24 horas por dia e atuação mais efetiva da Guarda Municipal. É com essas medidas que as prefeituras de Vitória, Cariacica e Vila Velha pretendem enfrentar a criminalidade.

Na capital, o secretário de Segurança Urbana, Fronzio Calheira, disse que, além de possuir cerco inteligente, que flagra veículos com restrição de furto e roubo, a cidade é monitorada com 230 câmeras.

“Assumimos nossa responsabilidade, mas atuamos de forma complementar ao Estado com o vídeo monitoramento e a Guarda Municipal”, disse.

O secretário de Defesa Social de Cariacica, Alexandre Ribeiro, informou que o município tem 110 câmeras de videomonitoramento. A expectativa é ampliar esse número para 240 equipamentos.

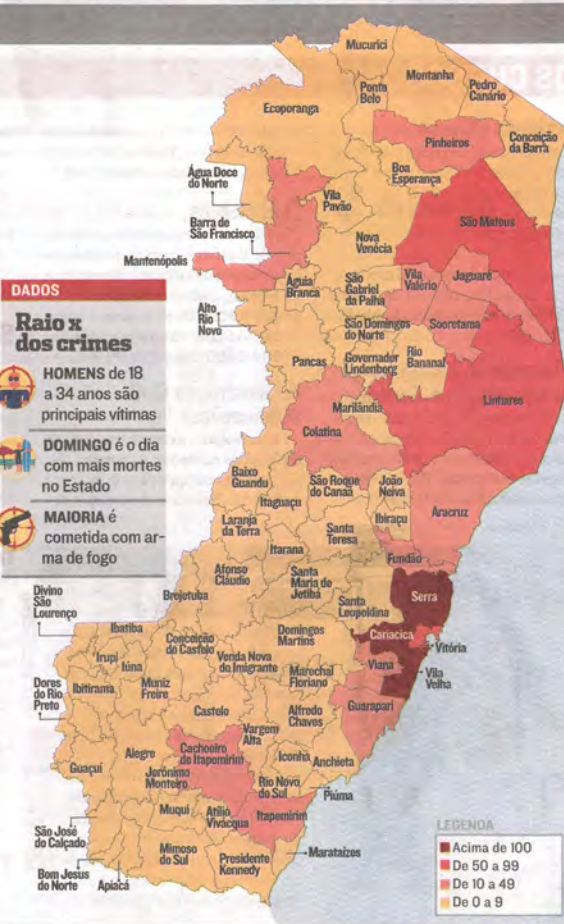
“Também vamos instalar um sistema de reconhecimento facial através de câmeras. Os dados serão armazenados e poderão ser integrados aos bancos de dados da polícia”, revelou. O prazo para a instalação não foi definido.

O secretário de Defesa Social e Trânsito de Vila Velha, Oberacy Emererich, disse que a atuação da Guarda Municipal resultou em mais de 600 pessoas detidas em 2016.

“Temos 200 câmeras que auxiliam a polícia no combate e elucidação de crimes. Até julho deste ano vamos implantar o cerco inteligente, como há em Vitória”.

AS CIDADES E OS NÚMEROS

MUNICÍPIO	2018	MUNICÍPIO	2018
1º Serra	187	41º Ecoporanga	3
2º Cariacica	161	42º Guaçuí	3
3º Vila Velha	150	43º João Neiva	3
4º Vitória	78	44º Marilândia	3
5º Linhares	70	45º Rio Novo do Sul	3
6º São Mateus	60	46º Alegre	2
7º Cachoeiro de Itapemirim	45	47º Atilio Vivacqua	2
8º Guarapari	45	48º Boa Esperança	2
9º Aracruz	30	49º Ibiracema	2
10º Colatina	19	50º Jerônimo Monteiro	2
11º Jaguaré	18	51º Laranja da Terra	2
12º Sooretama	18	52º Montanha	2
13º Barra de São Francisco	17	53º Piúma	2
14º Conceição da Barra	17	54º São Domingos do Norte	2
15º Pinheiros	16	55º São José do Calçado	2
16º Mantenedópolis	13	56º São Roque do Canaã	2
17º Fundão	11	57º Vargem Alta	2
18º Itapemirim	11	58º Venda Nova do Imigrante	2
19º Viana	10	59º Vila Pavão	2
20º Vila Valério	10	60º Bom Jesus do Norte	1
21º Brejetuba	9	61º Conceição do Castelo	1
22º Pedro Canário	9	62º Dores do Rio Preto	1
23º Afonso Cláudio	8	63º Ibitirama	1
24º Anchieta	8	64º Mimoso do Sul	1
25º Pancas	7	65º Muqui	1
26º Santa Maria de Jetibá	7	66º Presidente Kennedy	1
27º Ibatiba	6	67º Santa Leopoldina	1
28º Nova Venécia	6	68º Santa Teresa	1
29º São Gabriel da Palha	6	69º Alfredo Chaves	0
30º Água Doce do Norte	5	70º Alto Rio Novo	0
31º Bão Guandu	5	71º Apiaçá	0
32º Irupí	5	72º Divino de São Lourenço	0
33º Ituna	5	73º Governador Lindenberg	0
34º Domingos Martins	4	74º Iconha	0
35º Itaguaçu	4	75º Itarana	0
36º Marataizes	4	76º Marechal Floriano	0
37º Muniz Freire	4	77º Mucurici	0
38º Rio Bananal	4	78º Ponto Belo	0
39º Águia Branca	3		
40º Castelo	3		



ANÁLISE

Jorge Lordello, especialista em segurança pública

“A redução de casos é a longo prazo”

“Temos que fazer uma radiografia da realidade dos homicídios no Brasil. Na maioria dos estados vem ocorrendo aumento de casos. Mas, no contramão, São Paulo tem conseguido reduzir o número de assassinatos.

Acredito que as medidas empregadas no maior estado brasileiro podem ser adequadas à realidade capixaba. Mas, vale ressaltar que após empregar essas ações, a redução dos casos acontece em longo prazo.

Um passo importante é aumentar o índice de elucidação de crimes. Prender os acusados, dar uma resposta rápida à sociedade e tirar a pessoa violenta das ruas transmitem uma mensagem positiva.

Com uma Polícia Civil bem estruturada para investigar, identificar autoria e prender os criminosos, o resultado será ainda mais positivo. Aliado a isso, a Polícia Militar também precisa ter profissionais valorizados, com radiopatrulhas modernas e todas as ferramentas necessárias para a atuação no dia a dia.”

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Polícia Civil

Escola deve avisar ao Conselho Tutelar se aluno tiver mais de 30% de faltas

A medida, implantada por lei, visa a diminuir os índices de evasão nas instituições

▲ RITA BENEZATH
rbenezath@redgazeta.com.br

Foi publicada no Diário Oficial da União, ontem, uma lei que modifica o monitoramento da frequência com que os alunos vão à escola. A partir de agora, a regra determina que as instituições notifiquem o Conselho Tutelar quando um estudante faltar mais de 30% das aulas. Anteriormente, o decreto previa que a notificação fosse feita apenas quando o aluno estivesse ausente durante 50% do ano letivo.

A alteração, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), visa diminuir os índices de evasão escolar.

Para a doutora em Educação e professora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Cleonara Schwartz, a lei é importante por ser uma forma de controle em relação às crianças que faltam. Porém, mais que isso, é preciso haver um diálogo entre a escola e o Conselho Tutelar.

“O diálogo é importante para não deixar chegar em 30% de faltas. Tem que ser um acompanhamento



Sala de aula vazia: antes, notificação acontecia com 50% de ausência

mais ostensivo e sistemático.” Cleonara acrescenta ainda que o ideal é que quando a criança começa a faltar, a escola imediatamente notifique a família. “Se os pais não derem respostas, aí sim, notifica o Conselho”, opina.

MEDIDAS

A Secretária de Estado da Educação (Sedu) informa que o estudante é reprovado ao atingir 25% da falta.

“Seguindo a linha proposta pela alteração da

Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quando são ultrapassados 30% dentro destes 25% permitidos de falta, é que a escola faz um comunicado ao Conselho Tutelar”, diz a nota.

A secretária diz, ainda, que segue os monitoramentos determinados pela Portaria 183 do Ministério da Educação e que a escola é orientada a fazer contato com a família para identificar os motivos da falta. “Com o retorno do

aluno à escola, a equipe escolar faz uma conscientização junto ao estudante quanto à recuperação de conteúdo.”

A Sedu informa também que se o aluno não retorna, mesmo após contato com a família, o colégio agenda uma reunião com os pais ou responsáveis para firmar compromissos de apoio a este aluno. “Esgotados os recursos junto à família, a escola deve informar ao Conselho Tutelar do Município.”

PREFEITURAS

Em 2018, o ensino fundamental de Vitória teve mais de 26 mil alunos matriculados e, desse total, 6,7% apresentaram 20% ou mais de faltas. A informação é da Secretaria Municipal de Educação de Vitória (Seme).

As demais prefeituras da Grande Vitória foram demandadas pela reportagem, mas não enviaram os dados até o fechamento desta edição.

ANÁLISE

DIALOGAR É IMPORTANTE

▲ O mais importante, na verdade, não é a mudança da lei em si. É como vai se dar a regulamentação da mesma. O que precisa ser observado é a notificação dos pais e como vai ser desenvolvido o diálogo pedagógico dentro das escolas. A lei não determina como vai se dar o processo, nem como é aplicada nos Estados e municípios. O mais importante, realmente, é quem de fato gerencia. A princípio, a mudança na lei é só uma intenção. Não tem um indicativo de competência. É essencial que seja observado como a mudança vai ser implementada nas escolas.

— DANIEL CARA
COORDENADOR-GERAL
DA CAMPANHA PELO
DIREITO À EDUCAÇÃO